

MINUTA^{1 2}

Crise do mercado de habitação português

Ao XXIII Congresso Nacional da Juventude Socialista,

I. Considerandos

As taxas de jura extremamente baixas e um mercado de arrendamento ineficiente empurraram as famílias para a compra de casa o que fez os preços dispararem mais de 70% em apenas 12 anos. Com a normalização das taxas de juro, o país arrisca-se a entrar numa nova crise financeira destrutiva.

No terceiro trimestre de 2022, as famílias portuguesas destinavam 41% do seu rendimento para a compra de casa, sendo esta opção ainda mais vantajosa que o aluguer. No entanto, esta taxa de esforço é consideravelmente elevada, pois, caso haja uma situação de desemprego de um dos membros da família, esta, inevitavelmente, estará numa situação de risco de incumprimento.

Para além da constante ameaça de crise financeira, a crise do mercado de habitação em Portugal atrasa a emancipação dos jovens portugueses que apenas conseguem sair de casa dos pais em média aos 33,6 anos, provocando um conjunto de efeitos em cascata nefastos para a sociedade portuguesa. Isto acontece porque a presença no mercado de trabalho não garante a entrada no mercado de habitação.

Este não é um problema que se combate com mais crédito ou incentivos fiscais ao endividamento das famílias portuguesas, mas com uma política pública de habitação que impulse a sua oferta no mercado de arrendamento. Assim, considerando que, atualmente, o governo propõe passar de um parque público de 2% para 5% nos

¹ O preenchimento da Minuta não poderá ultrapassar duas páginas.

² A Moção de Resolução Política não poderá ultrapassar duas páginas, e deverá ser utilizado um tamanho de letra nunca inferior a 12.



próximos anos, surge a necessidade de definir datas para estas metas de forma a garantir uma avaliação da execução destas políticas.

II. A Juventude Socialista,

- Propõe aumentar de 2% para 5% o parque público de habitação até ao fim da legislatura, criando um plano nacional de habitação pública financiado por fundos comunitários e também o OE. Envolver as autarquias e a sociedade civil, com vista a aumentar a presença pública neste mercado.
- Propõe, ainda, reforço do levantamento dos imóveis públicos por parte da administração central e local com vista à criação de um mapa habitacional que facilite a tomada de decisão do estado.
- Propõe também a flexibilização do mercado de arrendamento e proteção jurídica dos senhorios, com diminuição da carga contributiva para 15%, sem impor restrições de forma a incentivar os proprietários a entrarem no mercado de arrendamento.
- Propõe aumentos consideráveis de impostos sobre os imóveis degradados ou abandonados para desincentivar a especulação com os mesmos.
- Por último, propõe incentivo à construção em altura nas cidades portuguesas, bem como a desburocratização na obtenção de licenças de construção de forma a fomentar a oferta de habitação por parte de privados.

A Juventude Socialista,

Braga, 17 de dezembro de 2022